



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

PROJETO DE LEI N° , DE 2023.
(Do Sr. MARCOS TAVARES)

Apresentação: 24/05/2023 12:19:29.993 - MESA

PL n.2780/2023

Altera o art. 230 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que Institui o Código de Trânsito Brasileiro para modificar a penalidade pela condução de veículo não licenciado e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º O art. 230 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para modificar a penalidade prevista para a condução de veículo não licenciado, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 230. Conduzir o veículo:

.....
V - que não esteja registrado; (NR)

.....
XXIV – que não esteja devidamente licenciado. (NR)

Infração: grave (NR)

Penalidade: multa (NR)

§ 1º A penalidade de que trata o inciso XXIV será aplicada uma única vez ao condutor do veículo no momento de sua identificação. (NR)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

Apresentação: 24/05/2023 12:19:29.993 - MESA

PL n.2780/2023

Art. 2º Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2023.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ



Praça dos Três Poderes - Anexo IV – Gabinete 611 - Câmara dos Deputados - CEP: 70.160-900 – Brasília/DF
Contato: (61) 3215-5611 e-mail: dep.marcostavares@camara.leg.br



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Tavares
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239616222700>



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

Apresentação: 24/05/2023 12:19:29.993 - MESA

PL n.2780/2023

JUSTIFICATIVA

Conduzir o veículo sem registro e devidamente licenciado terá como penalidade a multa e apreensão do veículo, conforme o dispõe o inciso V, do art. 230, do Código de Trânsito Brasileiro. A restituição do veículo apreendido só ocorrerá mediante o prévio pagamento das multas impostas, taxas e despesas com remoção, estadia e pagamento do próprio licenciamento do veículo.

O Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) é renovado anualmente. Isto ocorre, automaticamente, com o envio do novo documento ao endereço informado pelo proprietário, desde que não haja registro de débitos relativos ao IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e a Taxa de Renovação do Licenciamento Anual do Veículo e outros encargos.

A Constituição Federal, no art. 150, IV, dispõe que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios utilizar tributo com efeito de confisco. Nesse sentido, há interpretação pacificada no Supremo Tribunal Federal (STF), através da Súmula 323, onde está determinada a inadmissibilidade de apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos.

Esse ato profundamente humilhante e constrangedor intensifica o estresse dos motoristas em todo o Brasil, especialmente quando percebem que, ao completar uma curva, caem em uma armadilha do Detran chamada "BLITZ", com guincho e força policial, mesmo que estejam com suas famílias no carro. Os algozes não se importam se há algum familiar com mobilidade reduzida, pois o objetivo principal é multar, guinchar e levar o veículo para o depósito, com todas as despesas sendo

* C D 2 3 9 6 1 6 2 2 2 7 0 0 *





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

Apresentação: 24/05/2023 12:19:29.993 - MESA

PL n.2780/2023

responsabilidade do cidadão. Aqueles que têm sua propriedade rebocada são forçados a arcar com todas as despesas decorrentes da apreensão e ainda são coagidos a pagar diárias nos pátios, sem opção de parcelamento.

Adicionalmente, há uma série de obstáculos para a liberação de propriedades apreendidas ou confiscadas, tais como pagamentos atrasados de IPVA, multas e taxa de reboque. Se antes já era difícil arcar com a taxa de licenciamento, a situação se agrava com a adição da multa, do reboque e das diárias. A dificuldade em obter esses valores resulta em uma permanência mais longa nos pátios, o que leva a gastos ainda maiores com as diárias. Infelizmente, alguns proprietários acabam vendendo seus veículos sendo encaminhados para leilão.

São inúmeros os direitos que são ignorados e violados, como o direito à propriedade, ao contraditório, à ampla defesa e, principalmente, o direito à dignidade da pessoa humana. O direito de propriedade é fundamentado na Constituição, no título que trata dos "Direitos e Garantias Fundamentais", sendo um dos pilares do ordenamento jurídico brasileiro.

Apesar dos avanços nas leis e do aprimoramento do verdadeiro Estado Democrático de Direito, a aplicação do Artigo 230, Inciso V, do Código de Trânsito Brasileiro, resulta em autoritarismo, tendo um claro efeito de confisco.

Os veículos automotores são propriedades privadas, o que significa que privar um cidadão da sua propriedade sem o devido processo legal é uma violação dos princípios constitucionais. O proprietário enfrenta a apreensão injusta e ainda é obrigado a pagar todos os débitos decorrentes dessa arbitrariedade para poder exercer seu direito de propriedade, caso contrário, corre o risco de perder seu veículo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

Apresentação: 24/05/2023 12:19:29.993 - MESA

PL n.2780/2023

Além disso, durante o período em que o veículo está no depósito, não há garantia alguma de sua integridade. Existem inúmeros relatos de danos à lataria, troca de pneus, furto de combustível e outros incidentes que ocorrem durante essa custódia.

Não podemos deixar de enfatizar que o Poder Público possui todos os recursos e instrumentos necessários para exigir dos proprietários de veículos o pagamento de débitos relacionados à propriedade e à taxa de licenciamento anual. No entanto, a prática de cobrança realizada durante as blitz, com a apreensão com efeito de confisco, coloca o cidadão em uma situação humilhante, sendo cobrado por dívidas que deveriam ser tratadas dentro do devido processo legal, com todas as suas garantias.

Diante do exposto, a exclusão da expressão "devidamente licenciado" do inciso V, do art. 230, e sua inclusão em um inciso específico impedirá que os proprietários sejam submetidos a situações vexatórias e de risco. Com a apreensão de seus veículos, eles são deixados à própria sorte no local da blitz, independentemente do horário e se a área é perigosa ou desconhecida para o condutor. Isso faz com que eles passem pelo constrangimento de encontrar uma solução para voltar para sua residência devido à apreensão injusta de seu veículo.

Os brasileiros não aguentam mais tantas injustiças e o alto valor dos impostos no Brasil.

O objetivo deste Projeto de Lei é modificar a penalidade estabelecida para a condução de veículos sem o devido licenciamento, de modo que a falta de licenciamento seja passível apenas de multa, sem resultar na apreensão do veículo. Essa proposta considera especialmente



* CD239616222700 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL MARCOS TAVARES

a atual situação econômica do país, com um aumento do desemprego no último trimestre, alcançando mais de 13 milhões de brasileiros, tornando ainda mais importante evitar medidas que possam impactar negativamente a mobilidade dos cidadãos.

Conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2023.

MARCOS TAVARES
Deputado Federal
PDT-RJ

Apresentação: 24/05/2023 12:19:29.993 - MESA

PL n.2780/2023



* C D 2 2 3 9 6 1 6 2 2 2 7 0 0 *